

Finalmente, pensa-se no único choque necessário.

Depois de esgotar todos os expedientes possíveis e imagináveis para deixar de fazer o que deveria ter feito logo de início — o corte radical dos dispêndios públicos — e diante de uma situação econômico-financeira gravíssima, evidenciada por um índice de inflação próximo de 20% ao mês, que coloca o País no limiar da hiperinflação e de perigoso processo de estagnação, a parte mais consciente do governo parece finalmente decidida a aplicar o único choque que interessa à sociedade brasileira: o choque no governo. Pela primeira vez está sendo esboçado um conjunto de medidas que vão na direção certa para extirpar o tumor que drena as energias da parte do País que trabalha e gera riquezas.

Aconselhado em boa hora pelos poucos setores conscientes do governo, começa-se a namorar a idéia de agir efetivamente contra um déficit público que ameaça explodir para 6% do PIB até meados do ano mediante restrições ao crescimento dos salários dos funcionários públicos federais, o corte dos investimentos constantes do orçamento da União, muitos dos quais são notoriamente supérfluos, o corte de subsídios e isenções, o espaçamento dos reajustes de preços e tarifas das empresas do setor público, que passarão a ser feitos a cada 45 dias. O conjunto de medidas incluiria ainda uma política monetária, com o estabelecimento de limites mensais para os créditos a serem concedidos ao setor público em todos os níveis.

Ainda nos faltam elementos para analisar em profundidade estas e outras providências anunciadas, entre elas o aumento do compulsório incidente sobre os depósitos à vista dos bancos comerciais, que deverá causar nova elevação das taxas de juros (esta é a única medida que exige cautela por parte das autoridades, particularmente nesse momento de magras vendas do comércio e da indústria). No entanto, consideramos altamente positivo que se comece a falar num choque no governo, pois a verdadeira solução para a crise atual está no saneamento das hoje arruinadas finanças públicas.

Entre todas as medidas anunciadas, porém, a mais importante é, sem dúvida nenhuma, a intenção das autoridades do Ministério da Fazenda e da Secretaria de Planejamento de congelar todos os créditos concedidos pelo sistema financeiro oficial e privado aos Estados, municípios e empresas estatais nos níveis de 31 de dezembro de 1987 para tentar deter a bola-de-neve do endividamento descontrolado e começar a aliviar o peso do serviço dessas dívidas que torna o déficit público incontrolável. Na verdade, este é o único congelamento que convém à nossa combatida economia e não, como pretendem os incansáveis bruxos da heterodoxia, a adoção de um novo choque "para derrubar a inflação", que, exatamente em consequência dos choques heterodoxos anteriores, está batendo, em fevereiro, nos 18%, sinalizando um índice anual de 800% e uma URP para os próximos três meses acima de 16%.

A necessidade imprescindível de uma medida como esta atesta-se pelo que acontece em São Paulo, por exemplo, onde o governador ignora completamente as angústias da Nação e a luta do governo do qual faz parte contra a inflação e pede mais dinheiro "para manter um patamar anual de investimentos da ordem de 2,5 bilhões de dólares" (cerca de Cz\$ 237,5 trilhões).

O raspadão do Palácio dos Bandeirantes e seus secretários, indiferentes ao angustiante cenário econômico em que estão inseridos, consideram "legítimas" as reivindicações de São Paulo, que, apesar de concentrar atividades econômicas correspondentes a 40% do PIB brasileiro, já não arrecada o suficiente para pagar a folha de salários do funcionalismo, inchada por contratações em excesso determinadas pela política de clientelismo do sr. Quércia, que oferece salários de fome a professores e policiais, mas não pestaneja em gastar bilhões em mentirosa campanha de propaganda pessoal (nos primeiros sete meses de governo, ele esbanjou quase Cz\$ 2 bilhões ou 20,7 milhões de dólares para se promover).

Indiferente aos rumos da economia e da inflação, o inquilino do Palácio dos Bandeirantes continua criando fatos consumados que, depois, atira às portas do Tesouro Nacional. Agora mesmo está exigindo do Ministério da Educação Cz\$ 12 bilhões para a implementação da "jornada única" nos primeiro e segundo anos, dos quais Cz\$ 9 bilhões serão gastos em salas de aula e Cz\$ 3 bilhões no fornecimento da merenda escolar... E se esta é a realidade em São Paulo, o Estado mais desenvolvido do Brasil, que dizer dos Estados do Nordeste ou dos pequenos municípios em todo o País? A pressão sobre as finanças da União exercida por esses segmentos do setor público é imensa e continuará crescente enquanto prevalecer a "cultura política" que nos vai destruindo. É principalmente esse fator — a irresponsabilidade que grassa em nossa classe política — que torna esse componente do déficit incompressível, a não ser por uma medida de força. Conforme revelam estudos do próprio governo, dificilmente os Estados e municípios conseguirão ter, este ano, um déficit inferior a 1,5% do PIB, tal como aconteceu no ano passado. Ainda mais se tivermos eleições...

Aí está a terrível situação com a qual os ministros Maílson da Nóbrega e João Batista de Abreu estão lidando 24 horas por dia para impedir a falência completa do Estado brasileiro, que hoje passa pela maior crise financeira de sua história. Ambos têm feito o possível e o impossível para administrar essa herança desastrosa dos ministros heterodoxos do PMDB e, apesar das dificuldades, têm conseguido segurar um pouco o déficit. Todavia, enquanto eles caçam alguns frangos miúdos, os bois da ganância correm soltos sob a proteção da demagogia peemedebista.

Por isso só podemos louvar a idéia do governo de passar a combater o mal pela raiz e esperar que ele nos surpreenda agradavelmente pelo menos uma vez, decidindo-se firmemente a levá-la adiante. Essa era, aliás, a tese do ex-ministro Francisco Dornelles, quando foi demitido pelo PMDB e substituído pelo mago Funaro. O resultado foi que perdemos muito mais que os anos em que estivemos nas mãos dos magos heterodoxos: perdemos também todo o caminho que já tínhamos percorrido antes da "Nova" República para pôr a economia no nível mínimo de ordem necessário para torná-la viável e — a esta altura já é necessário dizê-lo — um pouco mais ainda. Ainda é tempo de recuperar, contudo. Agora que o presidente Sarney parece estar convencido de que não tem mais nada a perder, talvez acabe descobrindo o quanto ainda tem a ganhar se, apenas para variar, ouvir as recomendações de seus ministros econômicos e obrigar a nomenklatura a perder um pouco para que a Nação possa ganhar.